

AG e Conselho de Representantes

08 de maio - sexta-feira

Auditório da Escola de Serviço Social

PAUTA

- 1) Conselho de Representantes às 16h com a pauta: Indicativo de greve dos docentes das IFE;
- 2) Assembleia Geral às 17h30 com a pauta: Informes; Delegação para o Congresso da CSP-Conlutas; Assuntos Gerais

www.adufrj.org.br

ADUFRJ

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN • Ano XIV nº 885 • 4 de maio de 2015 • Central Sindical e Popular - Conlutas

Marco Fernandes - 29/04/2015



Terceirizados criam associação na UFRJ
Página 8

Andes-SN abre discussão sobre indicativo de greve

Página 3



Silvana Sá - 28/04/2015

Marco Fernandes - 27/04/2015

Primeiro debate do segundo turno ocorreu na Praia Vermelha

O segundo confronto de ideias foi no Quinhentão (CCS)

UFRJ VAI ÀS URNAS

Dois projetos de universidade radicalmente opostos disputam o 2º turno das eleições para reitor nestes dias 4, 5 e 6 de maio. Roberto Leher (chapa 20) e Denise de Carvalho (chapa 30) são os candidatos. Páginas 4 e 5

PAINEL ADUFRJ

Bombas de gás, balas de borracha, jatos de água e muita pancada na repressão do governo do Paraná a professores que protestavam contra o sequestro de seus direitos previdenciários

Página 7



Massacre em Curitiba

Leonardo Lalomão / AFP - 29/04/2015

SEGUNDA PÁGINA

Futuro preocupante para o serviço público no Brasil

Decisão do Supremo Tribunal Federal estende tapete vermelho para desmonte das relações estatutárias

Contratações dispensarão concursos e licitações

Elisa Monteiro

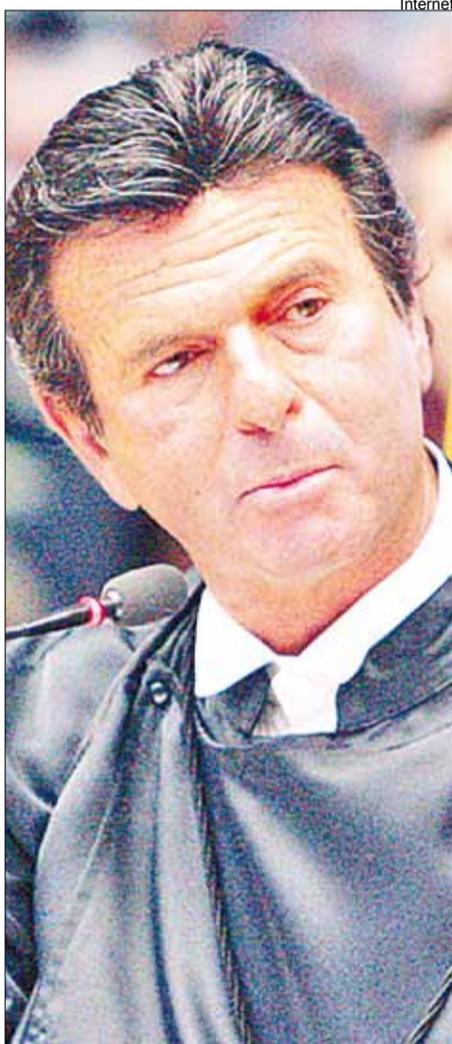
elisamonteiro@adufjrj.org.br

A lei das organizações sociais (nº 9.637/98), declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 16 de abril, permite que sejam delegadas às ditas OS as atividades públicas em áreas de saúde, ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, cultura e preservação do meio ambiente. A decisão do STF ainda não foi publicada, mas, de acordo com o voto do ministro relator da questão (Luiz Fux), fica permitida, neste sentido, a destinação de recursos públicos para instituições privadas, a dispensa de licitações e do concurso público.

O julgamento tomou como base uma ação (ADI nº 1.923/DF) que, movida desde 1998 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), apontava para a violação de mais de vinte artigos da Constituição Federal com a qualificação das chamadas organizações sociais, por meio das leis 9.637 e 9.648, naquele ano. Porém, por sete votos a dois, prevaleceu a tese defendida pelo ministro Luiz Fux, de que “cabe aos agentes eleitos a definição de qual modelo de intervenção, direta ou indireta, será mais eficaz no atingimento das metas coletivas conclamadas pela sociedade brasileira, definindo o modelo de atuação que se mostre mais consentâneo com o projeto político vencedor do pleito eleitoral”.

“Traduzindo” a visão expressa pelo ministro, o Poder Público não renunciaria aos seus deveres constitucionais ao “optar” por intervir de forma indireta, se restringindo ao “fomento” e à “regulação” pública de áreas como a Educação. Fux defende a flexibilização por meio de “colaboração público-privada” contra o que define como “a cristalização de um modelo único e engessado a respeito da intervenção do Estado no domínio econômico e social”.

A cereja do bolo está na declaração da constitucionalidade do artigo que permite a dispensa de licitação para a contratação das Organizações Sociais. Alega Fux que “por não se tratar de contratos administrativos, não cabe



Memória

Luiz Fux foi indicado pela Presidente Dilma Rousseff, em fevereiro de 2011, para ocupar a cadeira nº 11 da mais alta corte do país. Ocupou o lugar deixado pelo ministro Eros Grau, aposentado aos 70 anos.

falar em incidência do dever constitucional de licitar, restrito ao âmbito das contratações”.

Nesta lógica, se explicita a precarização das condições do trabalho sob administração pública: “Os empregados das Organizações Sociais não são servidores públicos, mas sim empregados privados. Por isso, sua remuneração não deve ter base em lei, mas sim nos contratos de trabalho firmados consensualmente”. E, no lugar no concurso público (via RJU), toma lugar a “seleção de pessoal” (a princípio, pela CLT) “de modo impessoal e objetivo, porém sem os rigores do concurso público”.

Afronta à Constituição Federal, diz assessoria jurídica da Adufrj-SSind

Samuel Tosta - 28/08/2013

Na avaliação das assessoras jurídicas da Adufrj-SSind, Ana Luisa e Maiara, a decisão proferida pela ampla maioria do STF “parece ignorar por completo as disposições constitucionais sobre as formas de ingresso no serviço público”. “Dispõe a Constituição Federal que, em casos excepcionais, é admitida a contratação de profissionais temporários (ou seja, a contratação é feita diretamente pela administração pública). A regra constitucional é a do ingresso por concurso público, o que foi totalmente ignorado pela decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal”, diz um trecho do documento preparado pelas advogadas. “Entendemos que o direcionamento da Constituição Federal foi no sentido de que estes serviços deveriam ser prestados pelo Estado e apenas complementados pelo particular, e não transferido totalmente ao particular – o que foi autorizado pela decisão”.

As advogadas observam que, na prática, a decisão autoriza a terceirização das atividades de educação e saúde pelas Organizações Sociais: “Preocupa-nos, ainda, que esta decisão tenha sido proferida justamente quando o Congresso Nacional deba-



Ana Luisa: STF permitiu terceirização do ensino

te o PL 4330 sobre a terceirização. Se, por um lado, o Congresso concordou por suprimir do PL a parte que permitia a terceirização a administração pública, do outro, o STF profere decisão diametralmente oposta, ou seja, no sentido de permitir a delegação (a particulares) inclusive de serviços essenciais como os de saúde e educação”, destacam.

“Essa decisão representa uma afronta aos princípios e direitos duramente conquistados e assegurados na Constituição Federal de 1988, implementando a contrarreforma do Estado, possibilitando, na prática, a terceirização e até quarteirização da prestação dos serviços de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde, por meio de Organizações So-

ciais, cujos trabalhadores serão empregados privados, sem qualquer vínculo com o serviço público e suas respectivas carreiras. Sem dúvida, a decisão apresenta um futuro muito preocupante para as relações estatutárias no Brasil e para todos os servidores públicos e parece sinalizar pelo entendimento do STF no sentido da constitucionalidade de terceirização das chamadas atividades-fim”, avaliam as advogadas.

Plantões Jurídicos da Adufrj-SSind também às sextas-feiras

A partir de agora, os plantões jurídicos da Adufrj-SSind passam a ser oferecidos, além das quartas-feiras (de 13h às 16h), também às sextas-feiras (só que a cada duas semanas, de 10h às 13h). Em maio, o novo atendimento ocorrerá nos dias 8 e 22.

Para agendar um horário nos plantões, é só ligar para os números: 3884-0701, 2260-6368 ou 2230-2389.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFJRJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvania Meimaridou Rola; André Onioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su Tecnologia da Informação: Renato Souza Tiragem 4.000 E-mails: adufjrj@adufjrj.org.br secretaria@adufjrj.org.br Redação: comunica@adufjrj.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufjrj.org.br Diretoria: diretoria@adufjrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufjrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

MOVIMENTO

Docentes federais discutem greve para o fim de maio

Nos próximos dias, uma rodada de assembleias gerais, em todo o país, vai avaliar esta possibilidade

Conselho da Adufrj-SSind inicia discussão no dia 8

O Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) do Andes-SN definiu, em reunião realizada em 25 e 26 de abril, uma rodada de assembleias gerais, nas universidades, para discutir uma possível greve dos docentes. No encontro, com representantes de 37 seções sindicais, em Brasília (DF), ficou estabelecido que o indicativo de início da greve para os dias 25 a 29 de maio deveria ser submetido às assembleias locais. Depois, uma nova reunião do Setor vai avaliar o resultado geral. Na UFRJ, o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind inicia a discussão do tema em 8 de maio (veja quadro nesta página). Segundo Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN, a mobilização nas seções sindicais nas próximas semanas será fundamental para definir as ações da categoria. “O Setor aprovou o indicativo de período para início da greve, mas ainda dependerá da rodada de assembleias nas seções sindicais para definir se deflagraremos a greve e em que dia isso deve ocorrer”, explica.

Ele ressalta que, em abril do ano passado, o governo interrompeu as negociações com o Andes-SN, quando foi registrado um avanço nas tratativas sobre a carreira docente. “Desde então, não conseguimos mais no reunir para dialogar sobre a questão, apesar das inúmeras tentativas do Sindicato. E o MEC (Ministério da Educação) também não responde às nossas solicitações de audiência para tratar da pauta de reivindicações de 2015, a qual já protocolamos”, conta.

Durante a reunião do Setor das Ifes, os representantes das seções sindicais relataram a profunda precarização das condições de trabalho e ensino nas Instituições Federais, com problemas de infraestrutura, falta de docentes e técnicos para atender à demanda decorrente da expansão desordenada. Também foram tratados: o atraso de pagamento dos trabalhadores terceirizados, suspensão de contratos de manutenção e de fornecimento de insumos, atraso de pagamento das contas de água e luz, o corte de bolsa para estudantes (de pesquisa, de ensino e



Samuel Tosta - 10/08/2014

Paulo Rizzo: mobilização da categoria é fundamental

de extensão), corte de verbas de fomento e de diárias e passagens para participação em eventos científicos. A situação vivenciada pela comunidade acadêmica nas IFE agravou-se, em 2015, com os cortes impostos às verbas destinadas aos serviços públicos: só no setor educacional, o ajuste fiscal representou contingenciamento de R\$ 7 bilhões.

“Diante dessa realidade e com base nas deliberações das assembleias gerais já realizadas em abril, o Setor das Ifes avaliou a necessidade de ampliar a nossa luta em torno da pauta de reivindicações que aprovamos no 34º Congresso do Andes-SN, realizado no final de fevereiro em Brasília, já protocolada junto ao MEC, e para a qual ainda não

tivemos nenhuma resposta”, reforça Paulo Rizzo. Os principais pontos da pauta dos professores federais são a defesa do caráter público de educação e a garantia da função social das IFE em prol da classe trabalhadora; reestruturação da carreira para o magistério federal, condições de trabalho, garantia de autonomia, valorização salarial para ativos e aposentados, e a luta contra a reforma da previdência – com a revogação das medidas provisórias 664 e 665.

“Como resultado da reunião do Setor foi construído também um calendário de lutas dos docentes, articuladas à Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais (SPF), na perspectiva da construção de uma greve unifica-

Calendário de Mobilização

1º de maio: fortalecer o primeiro de maio nos estados (colunas de servidores públicos nas manifestações);

28 de abril a 12 de maio, rodada de Assembleias, pautando o indicativo de greve com início no período de 25 a 29 de maio;

14 de maio: Dia nacional de paralisação dos docentes nas IFE em defesa da carreira-salário, dos direitos de aposentadoria e contra os cortes de verbas na educação;

14 de maio: reunião do Fórum dos SPF com a Secretaria de Relações do Trabalho / Ministério do Planejamento (SRT/MPOG), às 10h, com ato nacional em frente ao MPOG; 14 horas - Reunião ampliada do Fórum dos SPF;

14 de maio: mobilização, atos e paralisações em Brasília e nos estados, organizados pelos Fóruns estaduais dos SPF;

15 e 16 de maio Reunião do Setor das Ifes para avaliação da rodada de assembleias sobre o indicativo de greve;

29 de maio Dia nacional de paralisação contra o PL 4330 e MPs 664 e 665.

da”, aponta o presidente do Sindicato Nacional (confira quadro acima).

Paulo Rizzo destaca ainda que, na reunião realizada entre o Fórum dos SPF e o Ministério do Planejamento, o secretário de Relações do Trabalho Sérgio Mendonça sinalizou que, até o final de maio, o governo irá fechar o pacote de pré-contingenciamento financeiro, com novos ajustes fiscais. “Isso impõe ainda mais urgência da mobilização, pois não podemos esperar que venham ainda mais cortes”, disse.

Entre os encaminhamentos da reunião do Setor das Ifes, está a realização de um Dia Nacional de Paralisação dos docentes nas IFE, integrando o dia de

luta chamado pelo Fórum dos SPF, mas com destaque para as pautas específicas em defesa da carreira docente, dos direitos de aposentadoria e contra os cortes de verbas na educação. “Diante da conjuntura, temos a necessidade de fazer do dia 14 uma grande demonstração de força da categoria, sem a qual não conseguiremos avançar nem na pauta específica dos docentes nem na unificada com os demais servidores federais”, conclama o presidente do Andes-SN.

Em 15 e 16 de maio, ocorre nova reunião do Setor das Ifes, em Brasília, para avaliar a conjuntura e o resultado da rodada de assembleias sobre o indicativo de greve. **(Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)**



Marco Fernandes - 24/08/2014

Professores precisam mostrar sua força

Conselho de Representantes discute o indicativo de greve

No dia 8 de maio, sexta-feira, às 16h, o Auditório da Escola de Serviço Social recebe o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. A reunião, aberta a todos os sindicalizados, vai iniciar a discussão da greve proposta pelo Setor das Federais. O tema voltará a ser tratado em uma assembleia que será convocada para a semana seguinte (de 11 a 15 de maio).

SUCESSÃO

Disputa de projetos marca escolha de reitor da UFRJ

Roberto Leher (chapa 20) e Denise de Carvalho (chapa 30) expressam visões diferentes de universidade

Da Redação

A UFRJ decide quem será seu reitor de 2015 a 2019 (nesses dias 4, 5 e 6) entre dois projetos de universidade opostos na essência. Roberto Leher (chapa 20) e Denise de Carvalho (chapa 30) expressam leituras divergentes acerca da origem dos problemas que sufocam a instituição. E os dois debates realizados neste segundo turno da disputa serviram para deixar mais nítidas as divergências para enfrentar a crise.

Roberto Leher afirma que a situação das universidades é resultado do desmonte da autonomia universitária iniciada ainda nos anos 1990. Um quadro, segundo ele, hoje agravado pela política de ajuste fiscal “que paralisou financeiramente” as instituições. Segundo o candidato a reitor da chapa 20, a crise da UFRJ não pode ser enfrentada com “um choque de gestão”.

Para neutralizar o impacto que essa política econômica impõe, e que atinge todas as Ifes, Leher diz ser preciso que a universidade recupere “sua capacidade de autogoverno”, por meio de processos coletivos. É nesse contexto que ele apresenta a proposta de uma estatuinte e da convocação de um congresso da UFRJ.

Roberto Leher diz que a amplitude da crise nas universidades federais (e não só na UFRJ) não pode ser enfrentada apenas por soluções gerenciais. O professor da Faculdade de Educação afirma que a reitor, legitimado pela confiança da comunidade universitária, deve ter uma atitude ativa de quem foi investido de uma autoridade política assegurada na Constituição.

Ele defendeu uma série de ações corretivas, em alguns casos, articuladas com reitores das demais Ifes. Citou, por exemplo, a criação do fórum de reitores na defesa das universidades.

Leher propõe que uma das primeiras medidas para enfrentar de forma consequente a falta de verbas é modificar a matriz Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) de financiamento.

Ele propõe, ainda, a criação de uma pró-reitoria específica para tratar da assistência estudantil. O candidato diz que vai



Fotos: Marco Fernandes - 27/04/2015

Denise de Carvalho: solução está em iniciativas internas

alocar imediatamente mais verbas para políticas de permanência dos alunos no lugar de questões menos urgentes e que são negociáveis no médio prazo.

“Mãos dadas”

Os caminhos de Denise de Carvalho são outros. Ela propõe uma política de “mãos dadas”. A professora sublinha que o futuro e “o sucesso” da universidade dependem “da união e do diálogo permanentes”, de “mais convergências

do que divergências”.

Ao abordar a questão orçamentária, a professora aponta para a necessidade de melhor organização e transparência. Ou seja, a professora do Instituto de Biofísica situa o assunto no campo da gestão. Ela propõe, por exemplo, a criação de uma comissão permanente de orçamento.

As soluções apresentadas se concentram no âmbito de iniciativas internas como, por exemplo, a criação “de imedia-



Marco Fernandes - 07/04/2015

Roberto Leher: ação coletiva com outras universidades

to” de uma comissão permanente de orçamento. Ela diz que “não é possível mais” a UFRJ conviver com “orçamentos discutidos em último momento, sem muita clareza”. Também propõe o fortalecimento do sistema de alocação de vagas de docentes e de funcionários ou uma lista de iniciativas relacionadas à assistência estudantil. A professora defende uma gestão propositiva, “livre de interesses particulares”. Disse, também, que a UFRJ precisa

recuperar a sua autoestima. Ela diz que para a UFRJ voltar a ser “referência frente às demandas da sociedade” é necessário combater “sua fragmentação”.

Denise de Carvalho sintetiza em três eixos duas propostas: gestão transparente, democrática e participativa; na administração, compromissos pautados por valores éticos, humanitários e justos e, por fim, política de permanência e acesso para os estudantes.

A missão da universidade

Assuntos polêmicos foram recorrentes no curso da campanha. A candidata da chapa 30, Denise de Carvalho, teve várias vezes que se explicar sobre dois temas incômodos: a sua participação na equipe do interventor José Henrique Vilhena, em 1998, e sobre sua posição pró-Ebserh, assunto muito caro aos setores da comunidade universitária que defendem a autonomia. Um vídeo gravado pela TV Adufrj (<http://goo.gl/yQLrWV>) com mais de 10 mil visualizações e em circulação nas redes sociais, registrou frase também polêmica da candidata da chapa 30. Ao falar sobre as relações da universidade com as empresas, disse: “A formação de pessoal qualificado para fazer pesquisa no âmbito das empresas é a principal missão da universidade”.



Marco Fernandes - 26/09/2013

Comunidade mobilizou-se para barrar a Ebserh, em 2013

SUCESSÃO

Angela Rocha diz qual é o seu projeto de universidade, mas não declara voto

A professora Angela Rocha, que disputou a primeira fase da consulta para a escolha da nova reitoria da UFRJ, declarou que defende “uma universidade pública, gratuita, de qualidade, democrática, inclusiva, consciente de sua função social”. Ela acrescentou: “apoiamos aqueles que defendem este mesmo projeto”. Angela, porém, não explicitou o apoio a nenhuma das chapas que disputam este segundo turno da pesquisa.

A docente aproveitou para agradecer os 3.219 votos recebidos pela Chapa 10: “Gostaríamos de agradecer àqueles que nos apoiaram e honraram com seu voto no primeiro turno. Neste processo, não existem vencedores ou vencidos. Só existe um vencedor: a UFRJ. Findo o processo e escolhido o próximo reitor estaremos prontos a colaborar com o nosso trabalho e dedicação em prol da universidade, como fizemos durante toda a nossa vida acadêmica”, declarou. A chapa recebeu 931 votos de professores, 1.048 de técnicos-administrativos e 1.240 de estudantes.



Marco Fernandes - 25/03/2015

De fora da disputa, Angela agradeceu o apoio dos eleitores

Quem decide ainda é o MEC

O segundo turno da consulta acontece nos dias 4, 5 e 6 de maio. No dia 7 será realizada a apuração dos votos. No dia 8, o Colégio Eleitoral, composto pelos conselhos superiores da universidade (Consuni, CEG, CEPG e Conselho de Curadores) se reúne para montar as listas tríplexes (uma para reitores e outra para vice-reitores) para serem enviadas ao Ministério da Educação. É praxe do ministério acatar os nomes mais votados na consulta interna, mas é sempre bom lembrar que o governo FHC, em 1998, designou o interventor José Henrique Vilhena, que ficou em terceiro lugar na consulta à comunidade.

Na eleição do atual reitor Carlos Levi, as outras chapas que participaram da disputa no primeiro e no segundo turno não apresentaram seus nomes ao colégio eleitoral para comporem as listas tríplexes. Quando isto acontece, outros professores, mesmo que não tenham participado da consulta, podem apresentar seus nomes para que sejam formadas as listas tríplexes. Ainda no primeiro turno, a professora Angela Rocha (Chapa 10) e o professor Roberto Leher (Chapa 20) durante um dos debates se comprometeram a não comporem a lista tríplex caso não fossem escolhidos pela comunidade acadêmica, deixando claro o respeito às decisões da universidade.



Marco Fernandes - 17/04/2015

Entenda como é a contagem de votos

Candidato a reitor pela Chapa 20 “UFRJ Autônoma, Crítica e Democrática”, Roberto Leher recebeu 8.885 votos. Quase 3.500 a mais que a Chapa 30 “Somos Todos UFRJ”, que disputa com ele o segundo turno da consulta à comunidade universitária. A Chapa 30, encabeçada pela professora Denise de Carvalho, obteve 5.398 votos.

Leher teria alcançado o se-

gundo turno da pesquisa em primeiro lugar, não fosse a fórmula de cálculo ponderado dos votantes. A eleição é paritária, no que diz respeito a cada um dos segmentos (professores, técnicos e estudantes) terem peso de 1/3 no resultado final. O que significa dizer que, quanto menor for o universo de uma categoria, maior preponderância este grupo terá sobre os demais. Assim, o voto docente vale

mais que o dos técnico-administrativos, que, da mesma forma, têm prevalência sobre os estudantes.

Outro fator que interfere na votação é o comparecimento às urnas: ganha mais força o segmento que mais se aproxima do seu universo total de votantes. No primeiro turno, os professores compareceram em 75,576% do total (4.078) de eleitores docentes. Os técnicos-administra-

tivos tiveram participação de 50,637% do total (8.865) de seu segmento. Os estudantes tiveram o comparecimento de 19,427% em relação ao total de mais de 53 mil. Os estudantes, portanto, ficam em desvantagem quando somados o primeiro e o segundo critérios, pois precisam mobilizar muito mais pessoas às urnas para equilibrarem um pouco mais o seu peso na escolha da nova reitoria.

Roberto Leher recebeu boa votação entre professores e técnicos, mas ficou em segundo lugar na disputa desses dois segmentos. O docente teve expressiva votação entre os estudantes, o que foi suficiente para resultar na distância, em números absolutos, da Chapa 30. Esta, apesar de ter menos votos, acabou assumindo o primeiro lugar na disputa pelo segundo turno.

ENTREVISTA/PL da Terceirização

RODRIGO CARELLI/Professor da Faculdade Nacional de Direito e Procurador do MP do Trabalho

Projeto de lei traz sérias ameaças aos trabalhadores

Professor da FND com pesquisa no campo do Direito do Trabalho, Rodrigo Carelli discute o ataque aos trabalhadores, por diferentes vias, contido no Projeto de Lei 4.330, em tramitação no Congresso Nacional

Degradação das relações de trabalho é ampliada

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Um dos argumentos utilizados pelos lobistas pró-PL 4.330 é o de que dezenas de milhares de trabalhadores se encontram em um modelo de trabalho não regulamentado. A lei atende a esse setor?

Os terceirizados não estão em modelo de trabalho não regulamentado, eles estão em um modelo proibido. Há exceções, mas problemáticas. Se o projeto quisesse, verdadeiramente, tratar dos problemas, criaria instrumentos para salvaguardar essas exceções. O que este projeto faz é liberar a subcontratação para todas as atividades da empresa, aumentando de maneira exponencial o que deveria ser uma exceção regulamentada com garantias. A lei é péssima, pois libera a terceirização sem atacar seus pontos cruciais. Fica claro que a motivação da lei é baixar o custo da mão de obra à custa da renda e de direitos dos trabalhadores.

A CLT não protege o trabalhador terceirizado?

A terceirização admitida pela CLT é a contratação de serviços especializados, realizados de forma autônoma pela empresa contratada, não o monstro que querem aprovar. Na terceirização, o trabalhador é um celetista como outro qualquer, como um contratado diretamente pela empresa. O grande problema é que, com a terceirização, não há uma só categoria que se ligará a um só sindicato, os trabalhadores ficam fragmentados. Isso é algo de que não se fala, mas a terceirização, no Brasil, tem efeitos mais danosos do que em outros países porque nosso sistema sindical, de sindicato único (unicidade sindical), é autoritário. Na prática, os trabalhadores não poderão se unir por melhores condições de trabalho.

Se o PL for aprovado, os sindicatos serão cada vez mais fracos. Não é à toa que os empresários estão pagando propaganda no horário nobre da televisão a favor do projeto. A tentativa é de se evitar greves e o empoderamento dos trabalhadores.

A lei melhora ou piora as condições de trabalho?

A lei piora. A partir do século XX, temos um pacto no qual a empresa que explora mão de obra, reconhecendo a subordinação e os trabalhadores como sujeitos de direitos, cuja defesa será realizada pelo sindicato. A terceirização rompe essa relação porque os trabalhadores serão empregados em outra empresa. Isso gera o caos na empresa, fragmenta a classe trabalhadora e reduz custos pela contratação da mão de obra. A empresa contratante impõe o preço do contrato e a

contratada deve se adequar a esse preço.

O que pode ser terceirizado?

O trabalhador nunca pode ser terceirizado. O que pode ser terceirizado é uma atividade econômica especializada, destacável da atividade principal. Por exemplo, eu tenho um setor de contabilidade na empresa. Eu posso terminar esse setor e contratar uma empresa especializada que vai me entregar o serviço pronto. A empresa que contrata não pode se imiscuir em nada na empresa contratada. O serviço que é contratado.

A expectativa de que a terceirização criará mais empregos procede? A remuneração melhora?

Não há aquecimento de mercado de trabalho. Há a mera substituição de mão de

obra mais estável por uma instável, precária, com alto nível de redução de direitos, baixa salarial e alta rotatividade. Todos perdem menos a empresa contratante.

Como se saíram os países que facilitaram as terceirizações?

Nos países onde foi regulamentada a terceirização, não há unicidade sindical. Nesses países, os trabalhadores das terceirizadas podem ser vinculados ao sindicato da empresa contratante em função da liberdade sindical. Além disso, há isonomia de direitos, diferentemente do Brasil. Mas, de qualquer forma, a terceirização é um fenômeno de precarização exportado pelo Brasil e aceito no mundo regido pelas regras neoliberais. Aliás, esse tipo de relação de trabalho precário é conhecido na Europa

como “trabalho à brasileira”.

Em um curto espaço de tempo vimos uma série de duros golpes aos direitos trabalhistas (como a aprovação das Medidas Provisórias 664 e 665, a aprovação do PL 4.330 pela Câmara dos Deputados, a recente decisão do Supremo sobre a constitucionalidade da contratação no serviço público via Organizações Sociais (OS) e a discussão da flexibilização do conceito de trabalho análogo à escravidão, no Congresso. Estamos diante de uma contrarreforma trabalhista?

Estamos diante de tempos conservadores no qual a força do poder econômico imporá suas reformas, pois não vê os trabalhadores como uma ameaça. Eles detêm o controle do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal na implantação completa do ideário neoliberal.

Como fica a questão fiscal com a redução dos recolhimentos de encargos trabalhistas?

O governo sabe que haverá redução na arrecadação, seja pela redução da renda do trabalhador, seja pela sonegação das empresas fantasmas contratadas como terceirizadas. Tanto é verdade que tentou negociar o recolhimento de tributos diretamente pela empresa contratante.

No projeto em tramitação no Congresso, a terceirização foi excluída das “empresas públicas”, mas isso impede alguma forma de terceirização das “funções públicas”? Professores ou técnicos-administrativos poderão ser terceirizados?

As empresas e órgãos públicos estarão contemplados, seja nesse projeto, em outro específico ou por meio de interpretação do Supremo Tribunal Federal. Querem acabar com o concurso público, pois não há como ganhar dinheiro com concurso público, a corrupção nasce dos contratos. A corrupção anda de mãos dadas com a terceirização, se adoram.



Em protesto bem-humorado no Rio de Janeiro contra o PL 4.330, um manifestante fantasiado de papa mostra toda sua tristeza diante da “morte” da carteira de trabalho

Samuel Tosta - 15/04/2015

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Leonardo Lalomão / AFP - 29/04/2015

IMAGEM DA SEMANA



Barbárie

Junte um governo irresponsável, uma polícia fascista e um “ajuste fiscal” (claro, no bolso dos trabalhadores): está aí a receita de um massacre em dois atos que atingiu milhares de servidores públicos no último dia 29, em Curitiba.

No primeiro ato, as forças de segurança atiraram balas de borracha, bombas de gás e jatos de água nas pessoas, professores em sua maioria (em greve desde o dia 27), que protestavam contra um projeto que colocava em risco suas aposentadorias.

No segundo ato, dentro da Assembleia Legislativa do estado, por 31 votos favoráveis, 20 contrários e duas abstenções, os deputados estaduais aprovaram a proposta que modifica a Paraná Previdência. Entre outras coisas, o projeto permite ao governo do estado

retirar, do Fundo Previdenciário, cerca de R\$ 142 milhões por mês. Dinheiro suado do funcionalismo.

Guarde os nomes do governador (Beto Richa-PSDB) e do secretário de Segurança Pública (Fernando Francischini) do

Paraná que levaram à frente esta atrocidade. Mas não pense que a situação é específica daquele estado. Na conjuntura de contingenciamento, somente a união de todos os trabalhadores poderá evitar a perda de direitos. O alerta, desta vez, veio do Sul.

Em plebiscito, derrota da Ebserh na UFSC

Recente plebiscito organizado na Universidade Federal de Santa Catarina reprovou a adesão do hospital da instituição à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, solução privatizante do governo federal para os HUs. Contra a adesão foram 6.168 votos (70,59%); a favor, 2548 (29,18%). Houve ainda 15 votos em branco (0,23%).

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



Dia para ficar na história

Trabalhadores terceirizados da universidade fundaram, dia 29, associação que defenderá seus direitos

Atual sindicato da categoria defende patrões

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

A data de 29 de abril já é memorável para a história de lutas da universidade: neste dia, no auditório A do CCS, foi fundada a Associação de Trabalhadores Terceirizados da UFRJ (Atofrj). O objetivo da nova entidade é representar os interesses desse segmento de funcionários que cresce a cada dia na instituição. Além disso, a organização coletiva possibilitará mais força aos profissionais nas negociações e reivindicações com as empresas e com a reitoria.

Waldinéa Nascimento, que despontou como uma das lideranças dos terceirizados durante a greve do início do período letivo, explicou a razão pela qual o segmento tomou a iniciativa de criar a entidade: “Fizemos diversos atos e vimos que somente juntos conseguimos os nossos direitos. Infelizmente, temos um sindicato que não nos representa, que não nos defende. Aqui (na associação) ninguém vai nos oprimir. Chega de medo. Precisamos saber que somos fortes”.

Terezinha da Costa, outra



Waldinéa Nascimento (à esq.) e Terezinha Costa são, respectivamente, a presidenta e vice-presidenta da recém-criada associação dos terceirizados da universidade

liderança do movimento dos trabalhadores terceirizados e que foi recentemente demitida (ela cumpre aviso prévio) sem nenhuma explicação, deu o tom do encontro: “Perdi meu emprego, mas não perdi minha dignidade. Não me arrependo de estar na luta. Estamos vivendo

uma escravidão moderna, com trabalhadoras e trabalhadores recebendo um salário mínimo, quando recebem. É lutando que a gente consegue alcançar nossos objetivos”.

Uma mesa composta por representantes do DCE Mário Prata, Sintufrj, Soltec UFRJ

(Núcleo de Solidariedade Técnica) e Adufrj-SSind saudou a iniciativa dos trabalhadores. Cláudio Ribeiro, presidente da Seção Sindical dos Docentes, declarou estar emocionado com a força e coragem de tantas mulheres e homens em não se deixarem calar. “Vocês hoje vêm

nos dizer: ‘Somos terceirizados, mas somos, acima de tudo, trabalhadores e temos coragem de nos organizar’. Esse momento nos diz que a universidade pública só exerce sua função social se não reproduzir desigualdades. Não podemos ter uma universidade que realiza suas ações à custa de pessoas”.

Meses sem salário

Alguns trabalhadores também falaram sobre sua experiência como terceirizados na UFRJ. Uma funcionária relatou: “Estou na luta como vocês. Vivemos mesmo uma escravidão. Não temos corrente nos aprisionando, mas não temos salário. Meu FGTS não é depositado desde o mês três do ano passado! Meu último salário recebido foi em dezembro. Não há posicionamento nem da empresa, nem da universidade para solucionar meu problema e de meus colegas de almoxarifado”. Ela trabalha na empresa APX.

Na ocasião, foi aprovado o Estatuto da Associação e a composição da diretoria. Waldinéa e Terezinha são, respectivamente, presidenta e vice-presidenta da entidade. Nesta semana, haverá uma nova reunião, dessa vez organizativa, na qual serão divididas as funções dos outros trabalhadores que ajudarão a compor a diretoria da entidade.

Manifesto contra o PL 4.330/04

A Rede Nacional de Pesquisas e Estudos em Direito Social (Renapeds), formada por grupos ligados ao Direito do Trabalho e ao Direito da Seguridade Social, instituídos em diversas universidades do país (USP, UFRJ, UNB, UFPE, UFMG, UFPR, UniBrasil/PR, UVV, UFC e PUC-Minas), lançou manifesto de oposição ao PL das terceirizações (nº 4.330). “Tal projeto de lei, a despeito de prometer a efetivi-

dade dos direitos trabalhistas e a ampliação das oportunidades de emprego, serve, na verdade, para dividir ainda mais a classe trabalhadora, a tal ponto de impossibilitar sua organização e mobilização sindical. Com isso, favorece a redução concreta dos direitos dos trabalhadores, o que contraria, frontalmente, o objetivo da Constituição Federal, que é o da melhoria da condição social e econômica da classe traba-

lhadora”, diz um trecho.

A Renapeds repudia qualquer argumento baseado em dificuldade econômica ou melhoria da competitividade que tenha como propósito inverter os princípios constitucionais dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, da dignidade da pessoa humana e do desenvolvimento econômico conforme os ditames da justiça social. “A terceirização, presente no cenário das

relações de trabalho no Brasil há 22 anos, já deu mostras suficientes dos danos que gera à classe trabalhadora com os diversos casos de trabalho em condições análogas a de escravo, elevado número de acidentes do trabalho, jornadas excessivas, baixos salários, não recebimento de verbas rescisórias, além do natural efeito da invisibilidade a que são conduzidos os terceirizados, tudo isso sem nenhum benefi-

cio concreto para as empresas tomadoras de serviços e para a economia em geral”, informa outro trecho do manifesto.

Caso venha a ser aprovado o PL 4.330, os coordenadores dos grupos ligados ao Direito do Trabalho e ao Direito da Seguridade Social avisam que farão todos os esforços jurídicos pertinentes “para inviabilizar a concretização da ofensa aos princípios constitucionais e a institucionalização da barbárie”.

MOVIMENTO DOCENTE

Conad Extraordinário começa neste sábado (2)

O 7º Conad Extraordinário da categoria, com o tema “As contribuições do Andes-SN para o 2º Congresso da CSP-Conlutas”, tem início neste sábado (2) em Brasília (DF).

Amauri Fragoso de Medeiros, 1º tesoureiro e encarregado de relações sindicais do Sindicato Nacional, explica a importância da realização do encontro. “As deliberações do 34º Congresso (em fevereiro último) apontaram para a necessidade de o Sindicato Nacional dis-

cutir suas propostas para a CSP-Conlutas. Assim, o Conad irá fazer com que as seções sindicais se debrucem sobre suas propostas e ideias para nossa central. Esse evento será fundamental para o enraizamento das seções sindicais e do Andes-SN na CSP-Conlutas”, afirma o docente.

O 2º Congresso da CSP-Conlutas acontece de 4 a 7 de junho, em Sumaré (SP). **(Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)**

Novo prazo para artigos da revista Universidade & Sociedade

A diretoria do Andes-SN deliberou por um novo prazo para o recebimento de artigos da Revista Universidade & Sociedade nº 56 (publicação quadrimestral do Sindicato): passou de 22 de abril para 22 de maio. O tema central continua sendo “Contrarreforma: retirada de direitos, violências e criminalizações”. A normatização que deve ser obedecida pode ser conhecida em <http://migre.me/pFvXw> (a partir da segunda página do documento em PDF).

Reunião do GTPE da Adufrj, dia 6

Haverá reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da Adufrj-SSind, em 6 de maio (quarta-feira), às 14h, no Colégio de Aplicação (CAp-UFRJ), na rua JJ Seabra, s/nº, Lagoa.

Os grupos de trabalho da Adufrj-SSind são abertos a todos os professores sindicalizados.